



CÓD: OP-053AB-24
7908403552160

CAMPO NOVO DO PARECIS-MT

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS -
MATO GROSSO**

Professor Pedagogo

EDITAL Nº 001/2024



ATENÇÃO

- A Opção não está vinculada às organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material não garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública,
- Sua apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada,
- Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: www.apostilasopcao.com.br/contatos.php, com retorno do professor no prazo de até 05 dias úteis,
- É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitar.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço apostilaopcao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (**conforme foto ao lado**).



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o **bônus**.



Língua Portuguesa

1. Compreensão de textos	5
2. Figuras de linguagem	6
3. Ortografia.....	8
4. Acentuação gráfica.....	9
5. Emprego do sinal indicativo de crase.....	10
6. Formação, classe e emprego de palavras	11
7. Sintaxe da oração e do período	18
8. Pontuação	22
9. Concordância verbal e nominal	25
10. Colocação pronominal	27
11. Regência nominal e verbal	28
12. Equivalência e transformação de estruturas.....	29
13. Relações de sinonímia e antonímia	30
14. Interpretação de texto: informações literais e inferências possíveis	31
15. ponto de vista do autor.....	31
16. significação contextual de palavras e expressões	31
17. Figuras de linguagem	31
18. Vozes verbais	31
19. Sintaxe do período simples. Subordinação e coordenação	32

Conhecimentos Gerais e Legislação

1. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais na área da educação, tecnologia, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais no espaço natural brasileiro	39
2. Aspectos históricos e geográficos do município	39
3. Constituição Federal de 1988 e suas alterações (arts. 1.º a 14, arts. 37 a 43 e arts. 196 a 200)	42
4. Lei Orgânica	58
5. Estatuto do Servidor Municipal de Campo Novo do Parecis – MT.....	74

Noções de Informática

1. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática	115
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office, versões 2010, 2013 e 365).....	115
3. Noções de sistema operacional (ambiente Windows, versões 10 e 11 pro).....	120
4. Redes de computadores: conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet. Programas de navegação. Sítios de busca e pesquisa na internet.....	123
5. Ferramentas Google: Gmail; Google Meet; Google Documentos; Google Planilhas; Google Drive; Google for education.....	130
6. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	131

- Ênclise: verbo no imperativo afirmativo; verbo no início da frase (não estando no futuro e nem no pretérito); verbo no gerúndio não acompanhado por “em”; verbo no infinitivo pessoal.
Inscreveu-se no concurso para tentar realizar um sonho.

- Mesóclise: verbo no futuro iniciando uma oração.
Orgulhar-me-ei de meus alunos.

DICA: o pronome não deve aparecer no início de frases ou orações, nem após ponto-e-vírgula.

Verbos

Os verbos podem ser flexionados em três tempos: pretérito (passado), presente e futuro, de maneira que o pretérito e o futuro possuem subdivisões.

Eles também se dividem em três flexões de modo: indicativo (certeza sobre o que é passado), subjuntivo (incerteza sobre o que é passado) e imperativo (expressar ordem, pedido, comando).

- Tempos simples do modo indicativo: presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente, futuro do pretérito.

- Tempos simples do modo subjuntivo: presente, pretérito imperfeito, futuro.

Os tempos verbais compostos são formados por um verbo auxiliar e um verbo principal, de modo que o verbo auxiliar sofre flexão em tempo e pessoa, e o verbo principal permanece no particípio. Os verbos auxiliares mais utilizados são “ter” e “haver”.

- Tempos compostos do modo indicativo: pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente, futuro do pretérito.

- Tempos compostos do modo subjuntivo: pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro.

As formas nominais do verbo são o infinitivo (dar, fazerem, aprender), o particípio (dado, feito, aprendido) e o gerúndio (dando, fazendo, aprendendo). Eles podem ter função de verbo ou função de nome, atuando como substantivo (infinitivo), adjetivo (particípio) ou advérbio (gerúndio).

Tipos de verbos

Os verbos se classificam de acordo com a sua flexão verbal. Desse modo, os verbos se dividem em:

Regulares: possuem regras fixas para a flexão (cantar, amar, vender, abrir...)

- Irregulares: possuem alterações nos radicais e nas terminações quando conjugados (medir, fazer, poder, haver...)

- Anômalos: possuem diferentes radicais quando conjugados (ser, ir...)

- Defectivos: não são conjugados em todas as pessoas verbais (falar, banir, colorir, adequar...)

- Impessoais: não apresentam sujeitos, sendo conjugados sempre na 3ª pessoa do singular (chover, nevar, escurecer, anoitecer...)

- Unipessoais: apesar de apresentarem sujeitos, são sempre conjugados na 3ª pessoa do singular ou do plural (latir, miar, custar, acontecer...)

- Abundantes: possuem duas formas no particípio, uma regular e outra irregular (aceitar = aceito, aceitado)

- Pronominais: verbos conjugados com pronomes oblíquos átonos, indicando ação reflexiva (suicidar-se, queixar-se, sentar-se, pentear-se...)

- Auxiliares: usados em tempos compostos ou em locuções verbais (ser, estar, ter, haver, ir...)

- Principais: transmitem totalidade da ação verbal por si próprios (comer, dançar, nascer, morrer, sorrir...)

- De ligação: indicam um estado, ligando uma característica ao sujeito (ser, estar, parecer, ficar, continuar...)

Vozes verbais

As vozes verbais indicam se o sujeito pratica ou recebe a ação, podendo ser três tipos diferentes:

- Voz ativa: sujeito é o agente da ação (Vi o pássaro)

- Voz passiva: sujeito sofre a ação (O pássaro foi visto)

- Voz reflexiva: sujeito pratica e sofre a ação (Vi-me no reflexo do lago)

Ao passar um discurso para a voz passiva, é comum utilizar a partícula apassivadora “se”, fazendo com o que o pronome seja equivalente ao verbo “ser”.

Conjugação de verbos

Os tempos verbais são primitivos quando não derivam de outros tempos da língua portuguesa. Já os tempos verbais derivados são aqueles que se originam a partir de verbos primitivos, de modo que suas conjugações seguem o mesmo padrão do verbo de origem.

- 1ª conjugação: verbos terminados em “-ar” (aproveitar, imaginar, jogar...)

- 2ª conjugação: verbos terminados em “-er” (beber, correr, erguer...)

- 3ª conjugação: verbos terminados em “-ir” (dormir, agir, ouvir...)

Confira os exemplos de conjugação apresentados abaixo:

Verbo Lutar

Gerúndio: lutando

Particípio passado: lutado

Infinitivo: lutar

Tipo de verbo: regular

Transitividade: transitivo e intransitivo

Separação silábica: lu-tar

Indicativo		
Presente	Pretérito Imperfeito	Pretérito Perfeito
eu luto tu lutas ele luta nós lutamos vós lutais eles lutam	eu lutava tu lutavas ele lutava nós lutávamos vós lutáveis eles lutavam	eu lutei tu lutaste ele lutou nós lutamos vós lutastes eles lutaram
Pretérito Mais-que-perfeito	Futuro do Presente	Futuro do Pretérito
eu lutara tu lutaras ele lutara nós lutáramos vós lutáreis eles lutaram	eu lutarei tu lutarás ele lutará nós lutaremos vós lutareis eles lutarão	eu lutaria tu lutarias ele lutaria nós lutaríamos vós lutaríeis eles lutariam

Subjuntivo		
Presente	Pretérito Imperfeito	Futuro
que eu lute que tu lutes que ele lute que nós lutemos que vós luteis que eles lutem	se eu lutasse se tu lutasses se ele lutasse se nós lutássemos se vós lutásseis se eles lutassem	quando eu lutar quando tu lutares quando ele lutar quando nós lutarmos quando vós lutardes quando eles lutarem

Imperativo		Infinitivo
Imperativo Afirmativo	Imperativo Negativo	Infinitivo Pessoal
-- luta tu lute você lutemos nós lutai vós lutem vocês	-- não lutes tu não lute você não lutemos nós não luteis vós não lutem vocês	por lutar eu por lutares tu por lutar ele por lutarmos nós por lutardes vós por lutarem eles

Fonte: www.conjugação.com.br/verbo-lutar

- (A) adjetivo, adjetivo
 (B) advérbio, advérbio
 (C) advérbio, adjetivo
 (D) numeral, adjetivo
 (E) numeral, advérbio

13. (BANCO DO BRASIL) Opção que preenche corretamente as lacunas: O gerente dirigiu-se ___ sua sala e pôs-se ___ falar ___ todas as pessoas convocadas.

- (A) à - à - à
 (B) a - à - à
 (C) à - a - a
 (D) a - a - à
 (E) à - a - à

14. (FEI) Assinalar a alternativa que preenche corretamente as lacunas das seguintes orações:

I. Precisa falar ___ cerca de três mil operários.

II. Daqui ___ alguns anos tudo estará mudado.

III. ___ dias está desaparecido.

IV. Vindos de locais distantes, todos chegaram ___ tempo ___ reunião.

- (A) a - a - há - a - à
 (B) à - a - a - há - a
 (C) a - à - a - a - há
 (D) há - a - à - a - a
 (E) a - há - a - à - a.

15. (TRE) O uso do acento grave (indicativo de crase ou não) está incorreto em:

- (A) Primeiro vou à feira, depois é que vou trabalhar.
 (B) Às vezes não podemos fazer o que nos foi ordenado.
 (C) Não devemos fazer referências àqueles casos.
 (D) Sairemos às cinco da manhã.
 (E) Isto não seria útil à ela.

16. (ENEM – 2014) Há qualquer coisa de especial nisso de botar a cara na janela em crônica de jornal – eu não fazia isso há muitos anos, enquanto me escondia em poesia e ficção. Crônica algumas vezes também é feita, intencionalmente, para provocar. Além do mais, em certos dias mesmo o escritor mais escolado não está lá grande coisa. Tem os que mostram sua cara escrevendo para reclamar: moderna demais, antiquada demais.

Alguns discorrem sobre o assunto, e é gostoso compartilhar ideias. Há os textos que parecem passar despercebidos, outros rendem um montão de recados: “Você escreveu exatamente o que eu sinto”, “Isso é exatamente o que falo com meus pacientes”, “É isso que digo para meus pais”, “Comentei com minha namorada”. Os estímulos são valiosos pra quem nesses tempos andava meio assim: é como me botarem no colo – também eu preciso. Na verdade, nunca fui tão posta no colo por leitores como na janela do jornal. De modo que está sendo ótima, essa brincadeira séria, com alguns textos que iam acabar neste livro, outros espalhados por aí. Porque eu levo a sério ser sério... mesmo quando parece que estou brincando: essa é uma das maravilhas de escrever. Como escrevi há muitos anos e continua sendo a minha verdade: palavras são meu jeito mais secreto de calar.

LUFT, L. Pensar é transgredir. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Os textos fazem uso constante de recurso que permitem a articulação entre suas partes. Quanto à construção do fragmento, o elemento

- (A) “nisso” introduz o fragmento “botar a cara na janela em crônica de jornal”.
 (B) “assim” é uma paráfrase de “é como me botarem no colo”.
 (C) “isso” remete a “escondia em poesia e ficção”.
 (D) “alguns” antecipa a informação “É isso que digo para meus pais”.
 (E) “essa” recupera a informação anterior “janela do jornal”.

17. (FCC – 2007) O emprego do elemento sublinhado compromete a coerência da frase:

- (A) Cada época tem os adolescentes que merece, pois estes são influenciados pelos valores socialmente dominantes.
 (B) Os jovens perderam a capacidade de sonhar alto, por conseguinte alguns ainda resistem ao pragmatismo moderno.
 (C) Nos tempos modernos, sonhar faz muita falta ao adolescente, bem como alimentar a confiança em sua própria capacidade criativa.
 (D) A menos que se mudem alguns paradigmas culturais, as gerações seguintes serão tão conformistas quanto a atual.
 (E) Há quem fique desanimado com os jovens de hoje, porquanto parece faltar-lhes a capacidade de sonhar mais alto.

18. (UDESC – 2008) Identifique a ordem em que os períodos devem aparecer, para que constituam um texto coeso e coerente.

(Texto de Marcelo Marthe: Tatuagem com bobagem. Veja, 05 mar. 2008, p. 86.)

I - Elas não são mais feitas em locais precários, e sim em grandes estúdios onde há cuidado com a higiene.

II - As técnicas se refinaram: há mais cores disponíveis, os pigmentos são de melhor qualidade e ferramentas como o laser tornaram bem mais simples apagar uma tatuagem que já não se quer mais.

III - Vão longe, enfim, os tempos em que o conceito de tatuagem se resumia à velha âncora de marinheiro.

IV - Nos últimos dez ou quinze anos, fazer uma tatuagem deixou de ser símbolo de rebeldia de um estilo de vida marginal.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta, em que os períodos devem aparecer.

- (A) II, I, III, IV
 (B) IV, II, III, I
 (C) IV, I, II, III
 (D) III, I, IV, II
 (E) I, III, II, IV

19. (FUNRIO – 2012) “Todos querem que nós _____.”

Apenas uma das alternativas completa coerente e adequadamente a frase acima. Assinale-a.

- (A) desfilando pelas passarelas internacionais.
 (B) desista da ação contra aquele salafário.
 (C) estejamos prontos em breve para o trabalho.
 (D) recuperássemos a vaga de motorista da firma.
 (E) tentamos aquele emprego novamente.

20. (ITA - 1997) Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do texto a seguir:

“Todas as amigas estavam _____ ansiosas _____ ler os jornais, pois foram informadas de que as críticas foram _____ indulgentes _____ rapaz, o qual, embora tivesse mais aptidão _____ ciências exatas, demonstrava uma certa propensão _____ arte.”

- (A) meio - para - bastante - para com o - para - para a
 (B) muito - em - bastante - com o - nas - em
 (C) bastante - por - meias - ao - a - à
 (D) meias - para - muito - pelo - em - por
 (E) bem - por - meio - para o - pelas - na

21. (Mackenzie) Há uma concordância inaceitável de acordo com a gramática:

- I - Os brasileiros somos todos eternos sonhadores.
 II - Muito obrigadas! – disseram as moças.
 III - Sr. Deputado, V. Exa. Está enganada.
 IV - A pobre senhora ficou meio confusa.
 V - São muito estudiosos os alunos e as alunas deste curso.

- (A) em I e II
 (B) apenas em IV
 (C) apenas em III
 (D) em II, III e IV
 (E) apenas em II

22. (FUVEST – 2001) A única frase que NÃO apresenta desvio em relação à regência (nominal e verbal) recomendada pela norma culta é:

- (A) O governador insistia em afirmar que o assunto principal seria “as grandes questões nacionais”, com o que discordavam líderes pefelistas.
 (B) Enquanto Cuba monopolizava as atenções de um clube, do qual nem sequer pediu para integrar, a situação dos outros países passou despercebida.
 (C) Em busca da realização pessoal, profissionais escolhem a dedo aonde trabalhar, priorizando à empresas com atuação social.
 (D) Uma família de sem-teto descobriu um sofá deixado por um morador não muito consciente com a limpeza da cidade.
 (E) O roteiro do filme oferece uma versão de como conseguimos um dia preferir a estrada à casa, a paixão e o sonho à regra, a aventura à repetição.

23. (FUVEST) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas correspondentes.

A arma ___ se feriu desapareceu.
 Estas são as pessoas ___ lhe falei.
 Aqui está a foto ___ me referi.
 Encontrei um amigo de infância ___ nome não me lembrava.
 Passamos por uma fazenda ___ se criam búfalos.

- (A) que, de que, à que, cujo, que.
 (B) com que, que, a que, cujo qual, onde.
 (C) com que, das quais, a que, de cujo, onde.
 (D) com a qual, de que, que, do qual, onde.
 (E) que, cujas, as quais, do cujo, na cuja.

24. (FMPA – MG)

Assinale o item em que a palavra destacada está incorretamente aplicada:

- (A) Trouxeram-me um ramallete de flores fragrantes.
 (B) A justiça infligiu pena merecida aos desordeiros.
 (C) Promoveram uma festa beneficiente para a creche.
 (D) Devemos ser fieis aos cumprimentos do dever.
 (E) A cessão de terras compete ao Estado.

25. (UEPB – 2010)

Um debate sobre a diversidade na escola reuniu alguns, dos maiores nomes da educação mundial na atualidade.

Carlos Alberto Torres

¹O tema da diversidade tem a ver com o tema identidade. Portanto, ²quando você discute diversidade, um tema que cabe muito no ³pensamento pós-modernista, está discutindo o tema da ⁴diversidade não só em ideias contrapostas, mas também em ⁵identidades que se mexem, que se juntam em uma só pessoa. E ⁶este é um processo de aprendizagem. Uma segunda afirmação é ⁷que a diversidade está relacionada com a questão da educação ⁸e do poder. Se a diversidade fosse a simples descrição ⁹demográfica da realidade e a realidade fosse uma boa articulação ¹⁰dessa descrição demográfica em termos de constante articulação ¹¹democrática, você não sentiria muito a presença do tema ¹²diversidade neste instante. Há o termo diversidade porque há ¹³uma diversidade que implica o uso e o abuso de poder, de uma ¹⁴perspectiva ética, religiosa, de raça, de classe.

[...]

Rosa Maria Torres

¹⁵O tema da diversidade, como tantos outros, hoje em dia, abre ¹⁶muitas versões possíveis de projeto educativo e de projeto ¹⁷político e social. É uma bandeira pela qual temos que reivindicar, ¹⁸e pela qual temos reivindicado há muitos anos, a necessidade ¹⁹de reconhecer que há distinções, grupos, valores distintos, e ²⁰que a escola deve adequar-se às necessidades de cada grupo. ²¹Porém, o tema da diversidade também pode dar lugar a uma ²²série de coisas indesejadas.

[...]

Adaptado da Revista Pátio, Diversidade na educação: limites e possibilidades. Ano V, nº 20, fev./abr. 2002, p. 29.

Do enunciado “O tema da diversidade tem a ver com o tema identidade.” (ref. 1), pode-se inferir que

- I – “Diversidade e identidade” fazem parte do mesmo campo semântico, sendo a palavra “identidade” considerada um hiperônimo, em relação à “diversidade”.
 II – há uma relação de intercomplementariedade entre “diversidade e identidade”, em função do efeito de sentido que se instaura no paradigma argumentativo do enunciado.
 III – a expressão “tem a ver” pode ser considerada de uso coloquial e indica nesse contexto um vínculo temático entre “diversidade e identidade”.

Marque a alternativa abaixo que apresenta a(s) proposição(ões) verdadeira(s).

- (A) I, apenas
 (B) II e III

**SEÇÃO IV
DAS NORMAS GERAIS DOS PROCEDIMENTAIS DISCIPLINARES**

**SUBSEÇÃO I
DAS ESPÉCIES DE PROCEDIMENTOS**

Art. 207 O procedimento disciplinar pode ser meramente investigatório ou de exercício da pretensão punitiva.

Art. 208 São procedimentos disciplinares:

I - Aplicação Direta de Pena;

II - Sindicância;

III - Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 209 Em caso de pluralidade de indiciados, adotar-se-á o procedimento em função da sanção administrativa disciplinar mais grave que couber ao suposto culpado.

Art. 210 As sindicâncias meramente investigatórias não comportam aplicação de pena, e são instrumentos hábeis para verificação da materialidade e da autoria do ilícito administrativo.

**SUBSEÇÃO II
DA CONDIÇÃO DA PARTE E SUA REPRESENTAÇÃO**

Art. 211 Poderá ser sujeito passivo da pretensão punitiva da Administração municipal qualquer servidor público da administração pública direta e indireta de Campo Novo do Parecis.

Art. 212 O indiciado ou sindicado poderá ser representado por advogado no procedimento que comporte punição, possuindo capacidade postulatória para defender-se pessoalmente em procedimento de aplicação direta de pena.

§ 1º O indiciado ou sindicado poderá constituir advogado a qualquer tempo, recebendo o processo no estado em que se encontrar, sem direito à devolução de prazo para prática de atos, sob qualquer alegação, ressalvado o caso de nulidade de ato processual.

§ 2º Não constituindo o indiciado ou o sindicado, advogado nos procedimentos que comportem pena, ser-lhe-á designado defensor dativo.

**SUBSEÇÃO III
DA FORMAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO**

Art. 213 Na Sindicância Meramente Investigatória e na Aplicação Direta de Pena considera-se instaurado o procedimento disciplinar com a determinação de providência apuratória pela autoridade competente e com a formalização da representação, respectivamente.

§ 1º Considera-se instaurado o procedimento disciplinar com o despacho inicial válido, exarado pela autoridade competente.

§ 2º O despacho inicial conterá a descrição do fato ou conduta faltosa praticada pelo servidor.

§ 3º Havendo prejuízo manifesto para o indiciado ou sindicado, a omissão ou defeito do despacho inicial implicará na nulidade da instauração e dos atos processuais decorrentes.

§ 4º Retificação do fato ou da conduta faltosa descrita no despacho inicial, não constitui nulidade.

Art. 214 O procedimento disciplinar encerra-se com a publicação do despacho decisório que não comportar reexame em sede administrativa.

§ 1º Aplicada a sanção administrativa ao servidor, a decisão não poderá ser reformada para agravar a penalidade.

§ 2º Aplicada a sanção administrativa disciplinar, proceder-se-á às anotações devidas na ficha funcional do servidor.

Art. 215 Extingue-se o procedimento quando a autoridade administrativa proferir decisão reconhecendo:

I - a ilegitimidade do pólo passivo;

II - quando o procedimento disciplinar versar sobre o mesmo fato e mesmo autor de outro em curso ou já decidido;

III - pelo arquivamento da Sindicância Meramente Investigatória, ou punitiva ou do Processo Administrativo Disciplinar;

IV - pela absolvição ou imposição de penalidade;

V - pelo reconhecimento da prescrição.

Parágrafo único. O procedimento encerrado por decisão absoluta em função de insuficiência de prova poderá ser reaberto se a Administração tomar conhecimento de novas evidências ou provas.

Art. 216 O procedimento disciplinar deverá ser concluído, independentemente do desligamento do servidor, a qualquer título, e a decisão anotada em sua ficha funcional, sem prejuízo de eventual ressarcimento da Administração e de outras eventuais sanções penais e civis cabíveis.

**SUBSEÇÃO IV
DA CITAÇÃO DO SERVIDOR E DA PUBLICIDADE DOS ATOS**

Art. 217 A citação é o ato essencial e indispensável pelo qual o servidor é cientificado da imputação que lhe é feita e, é chamado para defender-se.

§ 1º O comparecimento espontâneo do indiciado ou sindicado equivale à citação, suprimindo sua eventual falta ou irregularidade.

§ 2º Comparecendo o servidor apenas para argüir a nulidade da citação e sendo esta reconhecida, ser-lhe-á devolvido o prazo, contado a partir de sua intimação ou da de seu procurador.

Art. 218 A citação observará a antecedência mínima de quarenta e oito horas da data do interrogatório e poderá ser efetuada das seguintes formas:

I - ciência no processo;

II - entrega pessoal;

III - via postal com aviso de recebimento;

IV - telegrama com confirmação do recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência;

V - edital.

Art. 219 A citação por entrega pessoal realizar-se-á nas dependências da administração municipal, mediante a entrega para o servidor do mandado instruído com cópia do despacho inicial acompanhado de contra-fé.

Parágrafo único. O mandado de citação será entregue pela chefia imediata do servidor, constituindo falta grave a omissão, extravio ou perecimento dolosos desse documento.

Art. 220 Far-se-á a citação por via postal, com aviso de recebimento, quando se mostrar frustrada a citação na forma prevista no artigo anterior.

Parágrafo único. A incorreção, desatualização ou inexistência de endereço residencial na ficha funcional do servidor, por sua culpa, constitui falta passível de punição.

Art. 221 Estando o servidor em local incerto ou não sabido ou restando frustradas as tentativas de citação pessoal ou postal, por duas vezes, a citação será realizada por editais, publicados no Diário Oficial ou Jornal de Circulação do Município por três (3) dias consecutivos.

Art. 222 O mandado de citação deverá conter, obrigatoriamente:

- I - a matrícula do servidor;
- II - a descrição dos fatos e da conduta imputada;
- III - o direito à ampla defesa do servidor;
- IV - a faculdade do servidor em constituir advogado e que, em caso de inércia, ser-lhe-á nomeado defensor dativo;
- V - designação do dia, hora e local para a realização do interrogatório;
- VI - a indicação de que o não comparecimento do servidor acarretará os efeitos da revelia.

Art. 223 O Processo Disciplinar de Exercício da Pretensão Punitiva é público, salvo determinação devidamente motivada pela autoridade que instaurou o procedimento.

§ 1º O indiciado ou o sindicado e seu procurador ou defensor serão intimados de todos os atos do processo por publicação no Diário Oficial ou jornal de circulação do Município ou pessoalmente.

§ 2º As intimações de servidores serão realizadas por meio de ofício, ou não se encontrando esses no exercício de suas funções, por via postal, com aviso de recebimento.

§ 3º As intimações de terceiros serão realizadas por via postal com aviso de recebimento ou via ofício, com comprovante de recebimento e identificação.

Art. 224 Considera-se aplicada a penalidade com a publicação do despacho decisório da autoridade competente.

§ 1º Para decidir sobre a aplicação da sanção administrativa disciplinar, a autoridade poderá levar em consideração, desde que devidamente motivada, o histórico do servidor e o seu desempenho.

§ 2º No caso de reincidência específica, a penalidade será sempre maior que a aplicada em função da falta anterior.

SEÇÃO V DOS PRAZOS

SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 225 Os prazos serão contínuos, não se suspendendo nos feriados, e será computado excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o vencimento cair em dia em que não houver expediente administrativo na Administração Municipal de Campo Novo do Parecis ou este for encerrado antes do horário normal.

§ 2º As petições serão protocolizadas junto ao Protocolo Geral da Prefeitura ou da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis ou na Secretaria da Comissão Processante.

§ 3º Considera-se a publicação da intimação como o termo inicial dos Subseção II prazos.

DOS PRAZOS DA COMISSÃO

Art. 226 O presidente da comissão proferirá o despacho inicial no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento dos autos, determinando a citação do servidor, designando data, hora e local para a realização de seu interrogatório, e informando a possibilidade de se fazer assistir por advogado.

§ 1º Encerrada a instrução, dar-se-á vista ao procurador para apresentação, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias, das razões de defesa do indiciado ou sindicado;

§ 2º Produzida a defesa escrita, a comissão apresentará o relatório.

SUBSEÇÃO III DOS PRAZOS DO INDICIADO

Art. 227 Decorrido o prazo, opera-se a preclusão de imediato, ressalvado, porém, ao indiciado ou ao sindicado provar que não praticou o ato por evento imprevisível alheio à sua vontade ou à de seu procurador.

Parágrafo único. Em caso de motivo justificável, a critério do presidente da comissão, será devolvido o prazo ao indiciado ou sindicado, reabrindo-se a contagem da data da intimação da decisão.

Art. 228 Quando, no mesmo procedimento disciplinar, houver mais de um indiciado ou sindicado, os prazos serão comuns.

Parágrafo único. Havendo no processo procuradores diversos, cada um apresentará alegações finais no prazo comum de 10 (dez) dias, podendo, porém, o presidente da comissão processante conceder, mediante despacho nos autos, prazo de até cinco dias para vista fora da secretaria da comissão.

Art. 229 Somente será permitida a retirada de cópia dos autos pelo procurador constituído, defensor dativo ou “ad hoc”, mediante protocolo e apresentação da carteira de identidade do advogado - OAB.

SEÇÃO VI DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Art. 230 A suspensão preventiva trata-se de medida cautelar que tem como finalidade resguardar os trabalhos da comissão durante a instrução probatória.

Art. 231 Em qualquer fase do procedimento, a comissão poderá determinar a suspensão preventiva do servidor, desde que seu afastamento seja necessário para que não venha dificultar a apuração da falta cometida.

Parágrafo único. A suspensão preventiva será fixada pelo prazo de 60 (sessenta) dias prorrogáveis por mais trinta dias, com remuneração, sendo determinada, privativamente, pelo chefe do executivo ou legislativo municipal, em despacho motivado, a fim de que o servidor não venha a influir na irregularidade a ele imputada.

Art. 232 Os procedimentos disciplinares em que for decretada a suspensão preventiva de servidor terão tramitação urgente e preferencial, devendo ser concluídos no prazo referente ao afastamento preventivo decretado, salvo autorização de prorrogação do prazo pela autoridade competente para a instauração.

SEÇÃO VII DA PROVA

SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 233 O servidor tem direito à ampla defesa, podendo requerer e acompanhar a produção de qualquer prova em direito admitida.

Art. 234 O presidente da comissão apreciará o pedido de produção de provas na primeira oportunidade e indeferirá as:

- I - impertinentes;
- II - procrastinatórias;
- III - desproporcionais ao rito adotado;
- IV - que disserem respeito a fato já provado e inconteste;
- V - inexequíveis, à vista dos poderes ínsitos à comissão.

17. (IFRO/ 2014) Para Vygotsky (1998), não basta delimitar o nível de desenvolvimento alcançado por um indivíduo. Dessa forma, ele demarca dois níveis de desenvolvimento:

(A) NDR (Nível de Desenvolvimento Real) onde as funções mentais da criança já estão completadas e NDP (Nível de Desenvolvimento Pessoal) onde a criança consegue realizar tarefas com a ajuda de adultos ou colegas mais próximos.

(B) NDR (Nível de Desenvolvimento Real) onde as funções mentais da criança ainda já estão completadas e ZDP (Zona de Desenvolvimento Processual) que define funções ainda não amadurecidas, mas em processo de maturação.

(C) NDR (Nível de Desenvolvimento Real) onde as funções mentais da criança já estão completadas e NDP (Nível de Desenvolvimento Proximal) onde a criança consegue realizar tarefas com a ajuda de adultos ou colegas mais avançados.

(D) NDR (Nível de Desenvolvimento Real) onde as funções mentais da criança ainda não estão completadas e NDP (Nível de Desenvolvimento Processual) onde a criança não consegue realizar tarefas com a ajuda de adultos ou colegas mais avançados.

(E) NDR (Nível de Desenvolvimento Real) onde as funções mentais da criança ainda não estão completadas e ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal) que define funções ainda não amadurecidas, mas em processo de maturação.

18. (IFRO/ 2014) Dentro do processo de ensino e aprendizagem, aponte qual o teórico que defende que a criança nasce inserida em um meio social, que é a família, e é nele que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros. (Nas interações cotidianas, a mediação (necessária intervenção de outro entre duas coisas para que uma relação se estabeleça) com o adulto acontecem espontaneamente no processo de utilização da linguagem, no contexto das situações imediatas.)

- (A) Jean Piaget.
- (B) Henry Wallon.
- (C) Paulo Freire.
- (D) Louis Althusser.
- (E) Lev Vygotsky.

19. (SEE-AC- Professor de Ciências Humanas- FUNCAB/2014) “Organizar os conteúdos é estruturar a sequência lógica em que eles serão apresentados ao aluno.” (MALHEIROS, Bruno T. Didática Geral. Rio de Janeiro: LTC, 2012, p. 97)

Dessa forma, os conteúdos devem ser organizados, considerando-se três critérios. São eles:

- (A) importância do conteúdo; grau de dificuldade; novidade.
- (B) continuidade; grau de dificuldade; importância do conteúdo.
- (C) continuidade; sequência; integração.
- (D) sequência; importância do conteúdo; grau de dificuldade.
- (E) integração; facilidade de ensino; importância do conteúdo.

20. (PREFEITURA DE TERESÓPOLIS/RJ – PEDAGOGIA - BIORIO/2016) O brincar fornece à criança a possibilidade de construir uma identidade autônoma e criativa. A criança que brinca entra no mundo do trabalho, da cultura e do afeto pela via da:

- (A) família;
- (B) imaturidade;
- (C) representação e da experimentação;
- (D) coerção.

21. Quanto ao processo de avaliação na educação infantil, analise as assertivas, e em seguida, assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. A expectativa em relação à aprendizagem da criança deve estar sempre vinculada às oportunidades e experiências que foram oferecidas a ela.

II. Deve-se ter em conta que não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que lhe foram oferecidas.

III. Será necessária uma observação cuidadosa das crianças, buscando compreender as situações e planejar situações que contribuam para superação das dificuldades.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas I e III.
- (D) I, II e III.

22. Sobre a avaliação na Educação Infantil, podemos afirmar que ela:

- (A) deve ser baseada em julgamentos.
- (B) avalia-se para quantificar o que foi aprendido.
- (C) faz parte do processo de aprendizagem e é essencial conhecer cada criança.
- (D) considera o “erro” como parte do resultado final.

23. (IF-SC/2015 - IF-SC) A avaliação constitui tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. Nessa perspectiva autores como Haydt (2000), Sant’anna (2001), Luckesi (2002) caracterizam três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Em relação às modalidades de avaliação associe corretamente a coluna da direita com a coluna da esquerda.

- (1) Diagnóstica
- (2) Formativa
- (3) Somativa

() Provoca o distanciamento dos autores que participam do processo ensino e aprendizagem.

() Identifica as aptidões iniciais, necessidades e interesses dos estudantes com o objetivo de determinar os conteúdos e as estratégias de ensino mais adequadas.

() Constitui uma importante fonte de informações para o atendimento às diferenças culturais, sociais e psicológicas dos alunos.

() Fundamenta-se na verificação do desempenho dos alunos, perante os objetivos de ensino previamente estabelecidos no planejamento.

() Realizada durante o processo de ensino e aprendizagem, com a finalidade de melhorar as aprendizagens em curso, por meio de um processo de regulação permanente.

() Subsidia o planejamento e permite estabelecer o nível de necessidades iniciais para a realização de um planejamento adequado.

() Possibilita localizar as dificuldades encontradas no processo de assimilação e produção do conhecimento.

Assinale a alternativa que contém a ordem CORRETA de associação, de cima para baixo.

- (A) 3, 2, 1, 1, 1, 3, 2
- (B) 3, 1, 2, 3, 2, 1, 2
- (C) 3,1, 2,1, 2,1, 3,1
- (D) 1, 3, 2, 3, 1, 2, 2
- (E) 2, 1, 3, 1, 1, 2, 3

24. A Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº. 9394/96, em seu art. 3º enfatiza os princípios norteadores do ensino no Brasil. Analise-os:

I. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

II. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

III. Respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Está(ão) correto(s) apenas o(s) princípio(s):

- (A) I, II
- (B) II
- (C) III
- (D) I, II, III

25. (IMPARH/2015 - Prefeitura de Fortaleza – CE) A escola contemporânea, caracterizada por ser democrática, está sempre em defesa da humanização, baseada nos princípios de respeito e solidariedade humana, busca assegurar uma aprendizagem significativa. Na perspectiva de atender aos desafios impostos pela sociedade atual, a escola vem se organizando internamente reconhecendo e respeitando as(os):

- (A) políticas públicas, analfabetismos, fisiologias.
- (B) diferenças, gêneros, diferentes tipos de gestão.
- (C) diversidades, diferenças sociais, potencialidades.
- (D) intervenções governamentais, participações, articulações.

26. ((IMA/2017 - Prefeitura de Penápolis/MA) Para a criança ser bem-sucedida na alfabetização necessita antes de tudo:

- (A) dominar a técnica de ler e escrever com muita cópia e treino;
- (B) entender a natureza e as funções do nosso sistema de escrita;
- (C) entrar na escola já diferenciando a escrita do desenho;
- (D) entrar para a escola aos quatro anos pois a escola já começa a alfabetizar.

27. (ACAFE/2017 – SED/SC) “A igualdade de condições para o acesso nem sempre é algo que esteja na esfera de abrangência da escola.” Entretanto, devemos lembrar que a escola pode canalizar as demandas e lutas sociais da comunidade em que está inserida. Nesse sentido é correto afirmar, exceto:

Fonte: Documento do CONSED - Como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? P.37

(A) A escola deve atender seu limite de vagas, pois assim cumpre seu papel social. As famílias que ficaram sem atendimento devem procurar seus direitos em outras esferas, não sendo responsabilidade da equipe gestora seus destinos.

(B) Quando se manifesta o problema da falta de vagas, sobretudo no ensino fundamental, o poder público é responsável por ele, tanto no âmbito da rede municipal como da estadual. Nesse sentido, a vaga deve ser assegurada a todas as crianças e adolescentes.

(C) A luta para que todas as crianças tenham acesso à escola é legítima e deve ser assumida não apenas pelos dirigentes escolares e do sistema de ensino, como também pelos políticos.

(D) A equipe gestora de uma escola tem responsabilidade sobre isso. Deve articular-se com a Secretaria de Educação para ver o que pode ser feito a esse respeito.

28. (IDHTEC/2016 - Prefeitura de Itaqui/PE) Na organização do trabalho pedagógico, o conjunto de atividades ligadas entre si e planejadas para ensinar um conteúdo etapa por etapa, de forma gradual, de acordo com objetivos de aprendizagem é denominado:

- (A) Contrato pedagógico.
- (B) Projetos de intervenção.
- (C) Atividades interativas.
- (D) Sequência didática.
- (E) Transposição didática.

29. (ACAFE/2017 – SED/SC) A linguagem não é um meio neutro através do qual uma mensagem é enviada. As palavras são carregadas de sentido para os falantes. A linguagem é ela própria, criadora de significados e produtora de sentidos e como tal deve ser estudada. Segundo Bakhtin (1990), ela é inseparável do fluxo da interação verbal e, portanto, não é transmitida como um produto acabado, mas como algo que se constitui continuamente nessa corrente.

Fonte: Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005, p. 21-22.

Considere a “linguagem no processo de alfabetização”, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa que contém todas as corretas.

I. Oralidade e escrita caminham juntas e, portanto, o estudo da linguagem requer que sejam trabalhadas de forma a serem consideradas as suas diferenças e, ao mesmo tempo, suas similaridades, usos e funções.

II. A oralidade é fundamental ao processo de alfabetização. Pela fala as crianças constituem-se sujeitos capacitados para a aprendizagem, bem como para a apropriação de conhecimentos novos ancorados nas suas experiências prévias.

III. O aprendizado da fala e da escrita se dá de forma espontânea e independente, no contexto de convívio entre os pares.

IV. A fala da criança é tão importante quanto às ações dela decorrentes para o alcance dos objetivos educacionais. Na perspectiva histórico-cultural, à fala atribui-se importância tão vital que, se não for permitido seu uso, muitos indivíduos não conseguirão resolver seus intentos.

V. O sistema de escrita implica apenas em codificação de símbolos.